



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência)

Requer informações ao Ministério da Educação acerca das políticas e ações voltadas à formação inicial e continuada de professores para a educação inclusiva.

Senhor Presidente:

Com base no art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno, e de acordo com o Requerimento nº 13/2026-CPD, aprovado em 7 de abril de 2026, requero a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministério da Educação no sentido de esclarecer acerca das políticas e ações voltadas à formação inicial e continuada de professores para a educação inclusiva, contemplando, em especial:

1. Quais cursos, programas e iniciativas atualmente ofertados pelo MEC para capacitação docente em educação inclusiva, indicando modalidades (presencial, a distância, híbrida), abrangência territorial e público-alvo?
2. Quantos professores participaram dessas ações nos últimos cinco anos, com a devida discriminação por estado, município e rede de ensino (estadual, municipal e federal)?
3. Existem parcerias com universidades, institutos federais, escolas de governo ou organizações da sociedade civil para viabilizar essa formação? Se sim, quais são e qual a abrangência de cada parceria?
4. Quais recursos orçamentários foram destinados e executados nos últimos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

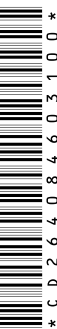
cinco anos para a formação docente em educação inclusiva, discriminados por programa e por exercício?

5. Há previsão de expansão ou reformulação desses programas nos próximos anos? Em caso positivo, quais as metas de alcance nacional e os cronogramas estabelecidos?
6. De que forma o MEC avalia o impacto dos programas já implementados na prática pedagógica dos professores e no processo de inclusão escolar?
7. Quais mecanismos de monitoramento e indicadores são utilizados para mensurar a efetividade da formação docente em termos de melhoria do aprendizado e da participação dos estudantes público-alvo da educação especial?
8. Quais os principais desafios apontados pelo MEC para ampliar a formação docente em inclusão escolar, especialmente nos municípios de pequeno porte e em áreas rurais e indígenas?
9. Existem políticas específicas para a formação de professores no atendimento a estudantes com transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, deficiência intelectual, auditiva, visual ou múltipla?
10. Como o MEC articula suas ações com estados e municípios, por meio do regime de colaboração, para garantir capilaridade e continuidade na formação de professores em educação inclusiva?

JUSTIFICAÇÃO

A educação inclusiva é princípio constitucional e política pública essencial para assegurar o direito de todos à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais.

Nesse contexto, a formação docente é o eixo central para o êxito das políticas inclusivas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Professores devidamente capacitados podem identificar barreiras à aprendizagem, adotar práticas pedagógicas acessíveis e promover a participação efetiva de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras condições.

Ao solicitar informações detalhadas sobre os cursos, os investimentos, as parcerias e os impactos, este requerimento busca oferecer subsídios concretos para que esta Comissão possa acompanhar, fiscalizar e propor aperfeiçoamentos às políticas públicas voltadas à qualificação docente e, por consequência, à plena inclusão escolar.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2026.

Deputado **Rodrigo Rollemberg**
Presidente

